

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n1p25-34>

— com Gaudêncio Frigotto



BIOGRAFIA

Bacharel e Licenciado em Filosofia e em Pedagogia pela UNIJUI. Mestrado em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor associado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor titular (aposentado) em Economia Política da Educação na Universidade Federal Fluminense. Pesquisador Al-Sênior do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq). Coordenador

do Grupo THESE - Projetos Integrados de Pesquisas em Trabalho, História, Educação e Saúde. Sócio fundador da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED). Membro do GT Filosofia Política, do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais. Membro fundador do Núcleo de Estudos e Documentação sobre Trabalho e Educação (NEDDATE). Editor Chefe da Revista Desenvolvimento e Civilização. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e trabalho, educação básica e educação técnica e profissional na perspectiva da politécnica, educação e a especificidade das relações de classe do capitalismo no Brasil.

RETROCESSO NA EDUCAÇÃO, MOMENTO MAIS DRAMÁTICO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PAÍS?

É muito grave o que estamos vivendo. Há um processo de negação sistemática, de reação ultraconservadora com profundos processos de demolição de direitos, em especial daqueles que inspiram lutas, congelando algumas esperanças.

Chegamos à segunda década do século XXI com um quadro de universalização da educação básica, especialmente do Ensino Médio, dramático. A maioria que chega à essa etapa da educação vem de famílias que estão em condições socioeconômicas precárias e frequentam escolas também em condições precárias, em cursos com pouco apoio dos governos, drama que é um projeto de sociedade em que não cabe a universalização de uma escola pública, laica, universal e de qualidade, por uma opção histórica dos grupos dominantes.

Observamos, ao longo da história, que as Constituições Federais incluem demandas na perspectiva

dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo em que as incorpora não as pratica. A educação é um direito social desde o nascimento, mas inviabilizada, uma vez que não considera que esse sujeito é condicionado, formado e determinado pelas condições materiais concretas em que está inserido. Portanto, vai sendo praticada uma constituição subliminar, ao longo de todo o século XX .

Mas o que sobra das conquistas colocadas na Constituição de 1988 no que tange a educação básica como direito social e subjetivo? Não sobra mais nada... são mudanças mediante decretos, portarias e, agora, de contrarreformas que representam a negação do que a Constituição assegurava. Reiteram-se os dois mecanismos que na prática negam o direito à educação de qualidade: a não regulamentação da lei ou o protelar até descaracterizar as conquistas. **O curioso, que precisa ser ressaltado, é o processo de dissimulação em que se inclui, mas de fato não se inclui, ou seja,**

se regulamenta mas não se implementa.

Durante as reformas na gestão da era Paulo Renato (ministro da educação do governo Fernando Henrique Cardoso) efetiva-se a negação da educação básica universal mediante o Decreto Lei 2208/97. Notamos uma afirmação institucionalizada da dualidade educacional, separando a educação profissional da educação básica ao descaracterizar a educação que seria da grande massa. Há uma diferenciação dentro da própria dualidade, ou seja, oferecem-se diferentes tipos de educação para grupos sociais distintos e assim mesmo não se inclui todos.

Depois, temos um período de busca, de acerto e de retomada das teses da Constituição de 1988. O Decreto Lei 5451/04 restabelece a possibilidade da educação profissional integrada à educação básica. Tal processo é interrompido abruptamente pelo golpe de Estado em 2016.

Os sucessivos cortes de verbas na ciência, na educação e o

aprofundamento aos ataques ao servidor público é um processo que se agudiza agora com esse conjunto de medidas socialmente destrutivas que vem, concretamente, como a PEC 95 congelando por 20 anos o investimento público; a contra reforma do Ensino Médio, da Universidade (Futura-se); as reformas trabalhistas e da previdência; e a em curso, a Reforma Administrativa (PEC 32).

Nota-se a organicidade desse retrocesso em que a dualidade é organizada na constituição do projeto educacional brasileiro, em que se diz que a educação deve preparar para o mercado de trabalho, mas não há mercado, não se cria mercado de trabalho. Forma-se mão de obra para o trabalho simples e pequenos nichos de formados para o trabalho complexo.

Temos no Brasil um punhado de ricos, uma casta, que se reproduz e condiciona o governo para seus interesses. Para termos uma sociedade capitalista do padrão das sociedades desenvolvidas você não

o faz sem desenvolver uma forte classe trabalhadora, com sistema educacional público forte, onde há desigualdade, mas não há apartheid. No Brasil se nega a terra, a renda, salários mais dignos, a saúde, a moradia e a educação. Não se desenvolveu quantitativamente a classe trabalhadora para uma melhoria dentro do próprio capitalismo.

O RETROCESSO “APAGÃO”: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS PARA O ENSINO MÉDIO NA CONTRA REFORMA

O Ensino Médio é a ponte entre a cidadania, o mundo do trabalho e da ciência/universidade. A contra reforma do ensino médio se fundamenta num conjunto de noções - e de slogans que vem com as noções de empregabilidade, empreendedorismo, protagonismo e autonomia juvenil, e agora o aluno digital que esconde o desmonte do sentido de educação básica. Portanto, a ideia do Novo Ensino Médio é retrocesso dos retrocessos, porque você elimina aquilo que classicamente é uma formação

básica, ou seja, oferecer a esse jovem os instrumentos de conhecimento de base das ciências da natureza para que compreendam, primeiro, a vida, o próprio corpo e de que somos elementos da natureza. Portanto, que entenda que se agredirmos a natureza ela nos agride porque somos parte dela. A pandemia é a expressão mais emblemática desta não compreensão disso.

Além disso, o acesso para que os jovens entendam a vida, a cultura, a economia, a história via ciências humanas e sociais, as artes, a literatura. Isso se chama educação básica e é preciso ressaltar que as burguesias revolucionárias deram isso à classe trabalhadora, uma educação de base com teatro, música, que gera dilatação da humanidade.

No Brasil temos vivido o contrário, com um ensino centrado em sucessivas reformas com consequentes impactos sobre a realidade escolar. A permanência do pensamento hegemônico da burguesia na política educacional brasileira pode ser observada nas

noções que perpassam tais concepções, como a ideia de capital humano.

A noção de Capital Humano ganha força no campo educacional e, passa a ser usada como diretriz das políticas educacionais brasileiras, quando se desloca o imaginário social de que a educação escolar é um sujeito social e subjetivo vinculado à sociedade e não ao mercado de trabalho (que é uma pequena parte da sociedade). Tal teoria tem como um de seus pressupostos a integração entre a educação escolar e o mundo do trabalho, em que se “promete” uma pretensa ascensão e mobilidade social via esforço e escolaridade do sujeito. Deste modo, tal concepção tem como foco a noção de que o sucesso e o fracasso das nações e dos sujeitos é responsabilidade individual.

A partir do fim dos anos 1980 ocorrem alguns fenômenos conjugados, como: 1) uma mudança qualitativa do tipo de crise que o capitalismo sofre mundialmente: uma crise que é universal e atinge todas as esferas da vida, que é

global porque um fenômeno que acontece em um país repercute no mundo todo; e é contínua e cada vez mais insolúvel do ponto de vista de se resolver pela raiz. Ao mesmo tempo, há o colapso de uma experiência histórica do socialismo real que dava um certo equilíbrio mediante um contraponto a total desregulamentação dos direitos sociais pelo capitalismo . 2) a apropriação privada do conhecimento e, portanto, dos saltos tecnológicos, e o seu uso para dispensar grandes contingentes de trabalhadores. Ao mesmo tempo afirma-se o slogan que vivemos numa “sociedade do conhecimento”, passando a ideia falsa que o mesmo está ao alcance de todos. Ou seja, de valorização da natureza humana do indivíduo e, afirma-se assim uma visão individualista, portanto, a concepção de que o lugar que ocupa na sociedade só depende dele, independente de sua origem e condição social. Para isto necessita entender que as melhores posições são para aqueles que atingem a qualidade total via competências

técnicas, sociais psíquicas e emocionais que correspondam ao que o mercado quer de um “bom trabalhador”. **Este, dentro desta visão, é aquele que produz em menor tempo, dentro do que está prescrito e que não necessita entender o que está produzindo, só execute e cuide de si e não se organize em sindicato, etc.** Há também a possibilidade de que se você não encontrar espaço no mercado teria a chance de ser um auto empreendedor (empresário de si mesmo). **A sociedade do conhecimento apropriada privadamente, ou seja, sem socialização, restrita, um conceito da empresa de se produzir em um menor tempo dentro da especificidade, em que quem produz não entende o que está produzindo, só execute fazendo bem feito e não reclamando.**

Em 2016 a medida provisória 746 alterou o artigo 36 da LDB, determinando que o currículo do ensino médio passaria a ser composto pela Base Nacional Curricular Comum e por itinerários

formativos específicos a serem definidos pelos sistemas de ensino. Em fevereiro de 2017 tivemos a aprovação da Lei nº 13.415 que manteve elementos da MP 746/2016, mas com algumas complementações e alterações.

Sob o slogan do protagonismo juvenil em que se colocam em evidência “histórias de sucesso individual”, certamente não será questão de “livre escolha”, como propalam os reformadores, mas de condições dadas e que caibam em cada orçamento que determinará as tais escolhas.

Ouvir os jovens, levar em conta o que o jovem deseja ou pensa não significa privá-los ao acesso do conhecimento científico que articula a ciência, a tecnologia, a cultura; que questiona as hierarquias e fragmentações da ciência. Essa ideia de protagonismo juvenil é uma irresponsabilidade da geração adulta, principalmente por quem faz política pública, pois delega a um jovem com 13 anos escolher itinerários. Portanto, exime-se de uma responsabilidade que não é do jovem. O *itinerário formativo* é uma

traição às classes populares, a classe trabalhadora porque liquida com o sentido de ensino e educação básica. Quando se tira a base de qualquer coisa, tira-se a perspectiva de escolha. Teremos uma geração mutilada em sua cidadania e preparo para enfrentar o próprio, cada vez mais restrito, mercado de trabalho. Como sociedade teremos um ínfimo de gente que vai se dedicar em condição para produzir ciência e tecnologia. Isso vai aumentar o nosso drama de dependência e subordinação aos centros que investem em educação, ciência e tecnologia.

No governo Bolsonaro já tivemos, até o momento, três ministros da educação que têm pautado predominantemente uma agenda moralista e autoritária. Agenda que ao tomar medidas que orientam os conselhos estaduais e municipais para a implementação dessa contra-reforma que, insisto, é um retrocesso na educação pública brasileira, materializado na Base Nacional Comum Curricular.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA AGENDA MORALISTA

1

Preconceito de classe, racial e de gênero e da memória da violência em nossa história que se expressa na política oficial do livro didático, na disputa por reformas, por escola;

2

Ideário da “escola sem partido”, ou seja, uma escola que ameaça os fundamentos da liberdade e autonomia dos docentes e da democracia. Com um discurso de linguagem próxima ao do senso comum, simplista, mas também estratégico de mobilização e controle da escola no que tange especialmente a punição, autocensura, constrangimento e pedagogia do medo. Os professores não podem falar de sexo, das questões de gênero e, *por sua análise efetivar uma educação política das novas gerações. Política não no sentido do partido A, B ou C, mas no sentido de que os jovens entendam em que sociedade vivem, seus deveres e quais seus direitos e se organizem para conquistá-los.* Neste sentido, não

há como imaginar que alguém não seja político por consciência própria ou manipulado pelos outros;

3

Nova política do livro didático – orientado pelo moralismo e pelo fundamentalismo político e religioso, em que se pretende apagar a história da memória do racismo, do genocídio sobre os indígenas enfim, um vocabulário e conjunto de concepções que são autorizadas no livro e apagadas outras;

4

Disciplinarização: um outro código que se origina no preconceito segundo o qual os pobres e negros são, por condição humana ou social, pessoas perigosas que tendem ao mal;

5

Perspectiva de militarização da escola: visão autoritária e violenta de intervenção na autonomia das escolas com censura ao campo cultural e educacional;

6

Fixação de uma imagem de família ideal na escola - que família é essa? Na grande massa das famílias populares a cabeça é a

mulher. Outras são as famílias não tradicionais, que são condenadas nos livros didáticos e na política geral da educação. Nesse campo, ainda, delegar às famílias das classes populares que se aproximem da escola e realizem tarefas escolares, quando não conseguem nem atender as necessidades básicas em casa... Claro que o diálogo é sempre importante entre as escolas e os responsáveis das crianças e jovens, mas não é tarefa da família ser escola, assim como não é tarefa da família impor à escola um valor privado de crença ou sentido de família como valor universal. A escola é a possibilidade da convivência com o diverso, o contraditório e, mesmo, o conflito e é preciso condições objetivas para essa relação. O desmantelamento da base social econômica e cultural da família também cria uma dificuldade de se comunicar com a própria escola;

7

Protagonismo e autonomia juvenil/ aluno digital – noções que encobrem o que as contrarreformas

negam delegando ao jovem as condições para as suas obstinadas autorrealizações com propósito de felicidade e satisfação como algo individual. É uma traição, porque é uma sociedade que sequer dá informação crível e adequada. Quais itinerários os jovens farão se não têm acesso ao conhecimento de qual o significado desta fragmentação e desmanche prático da educação básica. Essa é uma proposta moralista e autoritária.

PORQUE OS JOVENS HOJE TENDEM A ACREDITAR MENOS NA ESCOLA?

Em uma sociedade que oferece empregos, uma boa escolaridade é fundamental. Em países que não têm desemprego, subemprego como temos aqui, a escolaridade conta. Mas hoje o elemento mais aderente às possibilidades de um jovem se empregar ou buscar caminhos para gerar renda, a condição fundamental é uma boa escola básica, que dá a ele instrumentos no equilíbrio entre as ciências da natureza, as humanas e as linguagens.

A escola pública, para a grande maioria dos jovens que a frequentam, tem a tarefa de afirmá-los como sujeitos, depois o resto... Tal afirmação ocorre pelo coletivo, ou seja, pelas experiências históricas coletivas. A história e experiência mostram que o melhor preparo para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho tem seu fundamento necessário na educação básica de boa qualidade, que implica uma formação geral. Por isso lutamos por uma integração – ideia do ensino integrado. A escola deve constituir-se no espaço, teórico e prático, de construção de conhecimento crítico, de cultura e de socialização. Deve ser o lugar social de ensino ao pensamento e ao fazer político em uma totalidade teórico-prática. Portanto, precisa oferecer princípios e fundamentos dos conhecimentos produzidos pela humanidade em todas as esferas que dizem respeito à vida do ser humano.

O QUE NOS TROUXE ATÉ AQUI NOS COLOCA EM UM MOMENTO DRAMÁTICO

Difícil encontrar quem possa imaginar que houve um momento na nossa história tão programaticamente regressivo como esse. Vivemos o momento mais dramático, em que o que define a classe dominante brasileira, no plano econômico, social e político, é o autoritarismo na sua expressão mais destrutiva do nazifascismo, em que se recupera elementos - e os alarga - do integralismo, do fascismo. Um projeto econômico nazifascista que somente pode se sustentar tendo como fundamento a violência. Esse é o horizonte trágico do presente, mas a história, como nos ensinou Florestan Fernandes, não se abre e fecha por si, são os homens e as mulheres que organizados e em luta abrem e fecham essa história. Nesse momento o círculo da história está fechado especialmente para os jovens que vêm das classes populares, mas isso não será eterno. A junção do fundamentalismo do mercado com o

político e o religioso não nos dá perspectiva de futuro. A história tem que nos ensinar algo, e urgente, antes que seja tarde demais.